



## CAPÍTULO 1

### **Formação histórica do Pará e territorialidades específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas**

Rosa Elisabeth Acevedo Marin

## 1.1 Introdução

Na situação colonial e, posteriormente, com a formação do Estado nacional, é produzida a ordem política-econômica que procede a interferir na existência social de nações indígenas e de uma diversidade de microsociedades formadas por ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores, no campo e nas cidades. A sociedade paraense permaneceu com predomínio de indígenas na calha norte do rio Amazonas, Tocantins e Ilha de Marajó; até metade do século XIX, grupos ficaram sujeitos a formas de peonagem, repressão, imobilização de sua força de trabalho, invisibilidade e processos de desterritorialização.

A configuração sociocultural dos mestiços da sociedade, descendentes de índios e negros, representa o outro universo em posição dominada e estigmatizada. A análise da dinâmica desta formação social constitui objeto recente de conhecimento da história, antropologia, sociologia, que aponta lacunas, imprecisões, sem enfatizar as dificuldades de compreender a formação histórica e, ainda, a necessidade de realizar rupturas com esquemas explicativos vigentes.

No século XIX, no divisor da sociedade colonial e nacional identificam-se as matrizes desses esquemas explicativos em Antonio Ladislau Monteiro Baena<sup>1</sup> (1782-1850), Domingos Antonio Raiol<sup>2</sup> (Barão de Guajará, 1830-1912), representantes de uma geração de eruditos cujos padrões de explicação têm sido cristalizados pela história regional, indicando-os como aqueles que aportariam as luzes para o que presente seja compreendido. Tanto Baena, quanto Raiol ocuparam espaço no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O folheto escrito por José Joaquim Machado de Oliveira em 1844 critica o “Ensaio Historiográfico” e no mesmo ano foi publicada a contestação de Baena. Já Raiol, foi sócio correspondente deste Instituto Histórico e Geográfico e apresenta seu livro “Motins Políticos” como contribuição a historia regional.

Neste ensaio, a obra de Baena é objeto de leitura atenciosa pela sua proeminência e reiterada citação na literatura historiográfica, na qual se reproduzem os esquemas explicativos deste “patrono”, dominados pelo geografismo afinado com um pensamento geopolítico. Converte para o esquema influenciado pelo biologismo que fundamenta sua visão desqualificadora de indígenas e negros.

No “Ensaio Corográfico”, concluído em 1833, Antonio Ladislau Monteiro Baena realiza a apresentação do “considerável e precioso território” que formava a Província do Grão-Pará, estudo iniciado em 1823, retomado em 1828 e que concluiu como membro da Comissão convocada para a reorganização e composição da estatística da Província. Descreve o território “na direção de Norte a sul, que se estendia da foz do rio Oiapoque à latitude da cachoeira de Santo Antonio do rio Madeira”, cujos “termos políticos eram ao Ocidente o Peru, e ao Norte a Caribana Espanhola, os territórios do Essequabe, Demerari, Barbice, Suriname, e Guiana Francesa”<sup>3</sup>.

Ainda acrescenta que “Os términos puramente voluntários, e os convencionais, são formados ao Levante pelo rio Turiaçu com a Província do Maranhão; ao Sul pelo Tocantins com a de Goiás, pelo Tapajós com o Cuiabá pelo Madeira com Mato Grosso; e ao Ponente segundo o pé em que ficaram as demarcações em 1790 feitas em consequências dos Tratados de Limites” listados a seguir pelo autor (BAENA, 1833, 2004, pág. 18).

Esse “considerável e precioso território” é apresentado, primeiro, sob uma ótica geopolítica na sua extensão e nos seus limites, até então objeto de demarcações. A questão estava na ordem de temas e praticas deste Engenheiro Militar. Não menos importante foi o destaque dado à imensidade, fertilidade, às “selvas majestosas” e os “ríos capitais” no trecho citado a continuação:

A Província do Pará é uma região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetais munidos de raras virtudes e de selvas majestuosas, povoadas de excelsas arvores, e que talhou de máximos lagos, de altas serras, de espinhaços de montes, e de vastas veigas; o número de rios capitais, e dos seus afluentes que formam a sua admirável hidrografia (BAENA, 1833, pág. 18).

O terceiro plano desta descrição esteve reservado para os “moradores”. A demografia constitui um interesse especial de Baena e ele comenta dispor informações (taboas) para 1749, 1788, 1801, 1825 e 1830, para apontar os processos de “crescimento”, “desanimo e desaparecimento de povoações”, assim como sua “heterogeneidade” dada pela “população mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos, de mamelucos, de curibocas e de cafuzos” (BAENA, 1833, pág. 21).

1 Na apresentação realizada pelo prof. José da Silveira, Reitor da UFPA, em 1969, menciona que esse livro “é fiel espelho dos episódios e personagens dos velhos tempos do Pará” e como argumento de autoridade cita que o historiador Nelson Werneck Sodré teria incluído essa obra na primeira edição do livro “O que se deve ler para conhecer o Brasil”. Arthur Cesar Ferreira Pereira Reis, escreveu no Prefácio do livro “Compendio das Eras”: “É português do reino e vem para Belém integrando o Regimento de Artilharia”; e acrescenta: “No Pará, um homem, a essa altura, toma a decisão de historiar o passado da terra onde se realiza como cidadão, como servidor público e como inteligência ou espírito” (pág. 3). Por último, declara que Baena foi fonte de seus estudos sobre a historia regional. No livro consta a Biografia elaborada pelo historiador Arthur Vianna, em 1903. Assim, Baena é tomado enquanto fonte, sem destacar seu esquema explicativo.

2 Advogado pela Faculdade de Direito do Recife. Ocupou diversos cargos na Província: Procurador da Fazenda Nacional no Pará, várias vezes deputado provincial e deputado geral na 12ª legislatura, em 1864, pelo Pará. Assumiu a presidência da província de Alagoas, (1882); Ceará, (1883), São Paulo (1883-1884). Recebeu o título de barão em 3 de março de 1883. Autor de “Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835”. Raiol é referência nos estudos sobre a Cabanagem e marca por sua visão positivista acerca do aparato jurídico, de profundo desprezo sobre o povo ou rale, como se expressava, sem possibilidade de regeneração, ideias influenciadas pelo evolucionismo.

3 A grafia dos nomes conserva a grafia do autor.



O projeto mais ambicioso concebido por Baena era o Cadastro do Brasil, “que envolva todos os princípios estatísticos”<sup>4</sup>. Tratava-se de um projeto de “Cadastro completo de todo o Império do Brasil”, que se torna público após a Cabanagem. Entretanto, o autor realiza a crítica aos seus opositores, destaca uma possível proteção do Imperador e assinala os limites a este trabalho quando escreve, nas páginas do prólogo, as faltas de registros na Secretaria do Governo da Província (os mapas de População de anos precedentes, as Cartas Topográficas, as Cartas Particulares, papéis respectivos às operações de Demarcação de limites) na Secretaria da Câmara Municipal, nas câmaras municipais das Vilas. Contudo, e admitindo tais limitações, procede a tratar distintamente as comarcas de Belém, Marajó e do Rio em que se “acha civilmente dividida” a província.

O “Ensaio Corografico sobre a Província do Pará” e o “Compendio das Eras da Província do Pará” são obras clássicas referidas, reiteradamente, na historiografia. Nelas é elaborado um esquema interpretativo da sociedade paraense<sup>5</sup> que trilha a oposição entre a abundância, exuberância, riqueza natural e os limitantes humanos.

Nesta província verifica-se exatamente a observação do exímio naturalista Barão de Humboldt a respeito da vegetação e da exabundância do princípio da vida animal nos países, onde o sol dividia o Globo, isto é, que o homem nas terras subjacentes ao círculo equinocial não tem forças para vender uma prolixa fecundidade, que lhe tapa a face do terreno, e nada mais lhe deixa desimpedido senão o oceano e os rios; e que há muitos inconvenientes físicos, tais como os insetos, vermes e lagartos, os quais em algumas paragens atribulam por extremo os habitantes.

É desmesurada a cópia das mais lisonjeiras produções e comodidades que a natureza campestre oferece no Pará à medicina e às artes. Porem, também é preciso confessar que os seus moradores não colhem todo o benefício possível destas imensas liberalidades, que a mão do Supremo regulador do universo derramou por entre as selvas, pelos vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos. Parece que a profusa e variada perspectiva de tantas produções os soçobra, e os enleiam de tal guisa que atalha o desenvolvimento de dois caracteres distintos de grandeza humana a providencia e a perfectibilidade (BAENA, 2004, pág. 32, 33).

Assim, movido por esta “contradição” propõe expor o “estado em que se acha a agricultura”, pois ela forneceria “grande fortuna se os seus habitantes se aplicassem de outro modo e com atividade regular a esta fonte inexaurível de riquezas para um povo”. A figura do “agricultor comerciante” é tomada como modelo. Mais adiante, retomam-se as considerações do autor sobre o estado da Agricultura na Província do Pará.

Baena elabora uma classificação em indígenas: domesticados, broncos silvícolas, Cabidas Silvícolas, gentios e, seguindo um esquema igualmente classificatório, distingue as nações que “figuram mais civilizadas”, as que estavam em transição da barbaridade ao estado de civilização. Na sua narrativa manifestou profundo desprezo pelos indígenas apoiado no Conde de Maistre<sup>6</sup>, enquanto revela total incompatibilidade com o filósofo Rousseau<sup>7</sup>.

O Conde de Maistre, elogiosamente apresentado, inspirou-lhe na sua visão sobre o indígena, pois “este sábio e erudito autor das considerações sobre a França define que o indiano é um menino disforme, robusto e feroz, no qual a flama da inteligência só interpoladamente dá clarões de luz bem fraca”. Consoante a essa representação dos indígenas, Baena expõe suas ideias sobre a mestiçagem na província cuja “população é mesclada” e tem a maior força numérica é dos indianos domesticados, adunando-se o ignoto número de broncos silvícolas: “os quais devemos conjecturar em superior quantidade, dando-se atenção à bem conhecida existência de inúmeros bandos destes homens sem lei, sem rito, que habitam uma não rica e pequena porção territorial fendida pelos rios Gurupi, Tocantins, Matapi, Anauarapucu, Jari, Paru, Xingu, Tapajos, Trombetas, Uatuama, Jatapu, Anibá” (pág. 22).

Essa visão sobre os indígenas é arrematada associando grupos e nações com comportamentos “cruéis” e ações condenadas (“piratas”) para finalmente situar as nações que tinham passado o estado de barbaridade ao estado de civilização. Baena utilizou também os argumentos estatísticos sobre a redução drástica dos grupos indígenas, entre 1720 a 1839. Entretanto, os números informados foram contestados ou relativizados em documentos oficiais para algumas regiões, como a ilha de Marajó.

Nos comentários exprime visceral preconceito que o move, como para sugerir um “mal” da Província do Pará, a existência do “sáfio Selvagem” que nunca se poderia aproximar ao homem social. Esta visão não retrata apenas o pensamento do autor, pois as relações dos colonizadores, religiosos, viajantes com as nações indígenas, desde então, nutrem preconceitos, estigmas que tiveram continuidade e formas de reprodução na sociedade paraense.

Somente a contrapelo a tal representação podem ser sugeridas as questões centrais sobre a formação histórica do Pará, que se gerou no contínuo da violência contra as etnias não europeias ou misturadas e sobre os mecanismos de construção do mundo social hegemônico, no qual a diversidade social dos agentes, as estratégias espaciais, os conflitos foram e são permanentes objetos de anulação, invisibilizados no processo de instauração da ordem social dominante.

4 Ao mesmo tempo, que defende este projeto, protesta por uma autoridade que “gozava de privilegio de conculcar a razão” e chegou a obstaculizar seu projeto intelectual, em 1828.

5 Baena espelha-se na obra de Bernardo Pereira de Berredo - *Anais Históricos do Maranhão*, “único escrito que temos acerca desta Província”, que se constituía uma raridade, mas que era incompleto.

6 Baena refere-se ao Conde Joseph-Marie de Maistre (escritor, filósofo, diplomata e advogado e um dos proponentes mais influentes do pensamento contrarrevolucionário no período imediatamente seguinte à Revolução Francesa de 1789. Maistre era a favor da restauração da monarquia hereditária, que ele via como uma instituição de inspiração divina. Argumentava também a favor da suprema autoridade do Papa, quer em matérias religiosas como também em matérias políticas. A obra de Joseph de Maistre foi significativa no Brasil pelas próprias circunstâncias do processo que levaria à emancipação. A vinda da família real para o Brasil se processou no âmbito de uma fuga perante as tropas de Napoleão, assim os elos da história do Brasil com a Restauração europeia surgem como particularmente estreitos. Entretanto, a influência mais duradoura de Joseph de Maistre deve ser procurada, sobretudo em círculos conservadores e católicos no âmbito do debate sobre a infalibilidade papa.

7 Baena expõe sua oposição ao pensamento de Rousseau, assim expressa no final do livro em que define o pensamento “ditado pelo entusiasmo e acrimonia” do filósofo a respeito da “desigualdade entre os homens” (BAENA, 2004, pág. 431).





O Estado da Agricultura é examinado por Baena frisando o tempo de “animamento positivo”, tanto da agricultura quanto do comércio quando da atuação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, ainda reconhecendo atuação de novos lavradores vindos do Portugal em 1670. Mais significativo para o autor é que o “animamento ficou iludido pelos lavradores que nunca se descartaram pernicioso método dos derrubamentos, e dos incêndios das matas debaixo do pretexto de estarem as terras cansadas”.

Esse discurso segue a linha de contestação às formas da agricultura de indígenas (“copia do bruto costume, que tinham os silvícolas na sua acanhada agricultura”) copiada pelos Europeus, método seguido pelos descendentes. E arremata: “Pois o agricultor não quer empregar diligência alguma, nem ligar à indústria humana com a natureza para argumentar e melhorar as plantas, adaptando os novos métodos que a civilização vai introduzindo em outros países”. Por parte dos proprietários rurais critica dedicar-se apenas a plantagem do arroz e do algodão. E acrescenta: “Da pouca mandioca poucos fazem avultada cultura: essa plantação parece privativa dos cultores dos acanhados prédios” (BAENA, 2004, pág. 73).

O extrativismo e o agente dessa forma de trabalho são condenados nas suas palavras “[...] continua-se portanto com a sua apanhadura pela matéria com desprezo, trabalho, e ruína das mesmas árvores, as quais ficam perdidas pela bronca maneira de lhes extrair (...) maneira, que nos recorda a estúpida bruteza do silvícola prostrando a árvore para empolgar o fruto” (idem).

Finalmente, o autor reconhecerá que em certas partes da Província se planta arroz, algodão, cacau, tabaco, café, cana de açúcar e apresenta o calendário de roçar e plantar diferente para todos os lavradores e as várias culturas.

Baena conclui o “Ensaio Corográfico” contrapondo-se a Jean Jacques Rousseau<sup>8</sup>. Para o patrono da historiografia paraense era inadmissível pensar o indígena com capacidade de raciocinar, digno de usufruir de liberdade.

Aqui se afirma que a lacuna maior no estudo da formação histórica tem sido a investigação etnológica sobre indígenas, quilombolas, ribeirinhos sobre suas culturas e formas de conceber o mundo, no seu lugar fluem as pressuposições já descritas pelos cronistas, pelos historiadores e repetidas pelos jornalistas, pela tecnocracia, pelos epígenos dos patronos. Pacheco de Oliveira destaca a reflexão sobre o índio:

O trauma provocado no europeu (ibérico) pelo encontro de uma forma tão radicalmente distinta de humanidade se consolidou na construção de uma categoria estética – o “índio” – evidente e auto-explicativa, inteiramente infensa à história: expressão completa da simplicidade, do passado e da primitividade. É essa categoria “plena, redonda e lisa” saturada de culpas e seduções, que o senso comum repete e consagra incessantemente (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, pág. 7).

No exercício de uma antropologia histórica poderia se refletir como sujeitos histórico plenos os índios, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extratores, pequenos agricultores que constituem a maioria nas regiões rurais do Pará e se constituir este no eixo de compreensão da dimensão histórica dessa sociedade. Certamente, temos diversos limites para realizar esse empreendimento intelectual.

A história articula-se sobre um duplo campo de relações: dos homens com a natureza e dos homens entre si. A segunda busca refletir sobre os traços definidos pela colonização europeia. Para tal visão teórica e metodologia coadunam-se a história social e a geografia. A história da sociedade é para Hobsbawm a “história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos. E a história das sociedades e também da sociedade humana (...) ou de certos tipos de sociedade e suas possíveis relações (...) ou do desenvolvimento geral da humanidade considerada como um todo” (HOBBSAWM, 1998, pág. 92). O tipo aqui estudado é de sociedades em situação colonial refletida pelo historiador nos termos abaixo:

A vantagem analítica da situação colonial (termo com o qual quero dizer a situação das colônias formais adquiridas por conquista e diretamente administradas) é que, nesse caso, uma sociedade inteira ou grupo de sociedades são definidos nitidamente por meio de contraste com uma força externa, e suas várias mudanças e transformações internas, como também suas reações ao impacto poderoso e incontrolável dessa forma, podem ser observados e analisados como um todo (HOBBSAWM, 1998, pág. 103).

## 1.2 Regiões, Comarcas e suas Representações

Em 1778, foi feita, por cartógrafos portugueses, uma representação geopolítica do Estado do Grão-Pará que se revela interessante enquanto referencial descritivo desta formação territorial face às primeiras determinações da ocupação colonial.

A partir da ocupação portuguesa do vale do rio Amazonas, em 1615, até a segunda metade do século XVIII a enunciação, definição e divisão de um território colonial foi paralelo a processos e decisões políticas na Corte. Felipe III ordenou, naquele ano, o envio de tropas portuguesas para a ocupação militar do rio Amazonas e para a tomada de São Luis dos franceses, com isto iniciando a conquista portuguesa do que seria o Estado do Maranhão.

A ocupação consolida-se com a atuação de ordens religiosas que produziram nova partilha instalando as missões e os aldeamentos no interior do vale Amazônico e a distribuição das Capitânicas da Coroa ou Reais (Capitânicas do Maranhão e do Pará) e as capitânicas particulares recebidas pelos donatários. Na Capitania da Coroa do Pará fundou-se a vila de Belém, em 1616, e designavam-se como capitânicas particulares: *Caeté*, doada a Álvaro de Souza que manda fundar a Vila de Souza do Caeté; *Camutá*, entregue ao donatário Antonio de Albuquerque, que finalmente foi concedida a Feliciano Coelho de Carvalho, filho de Francisco Coelho, primeiro Governador e Capitão Mor do Estado do Pará. Nesta, se funda a vila Viçosa de Santa

8 ROUSSEAU, 1987.





Cruz do Camutá. A Capitania do *Cabo Norte* seria doada a Bento Maciel Parente<sup>9</sup>.

Essa primeira divisão territorial constituiu objeto de re-divisão durante o ministério de Sebastião de Carvalho de Melo, Marques de Pombal, que eliminou o sistema de Capitânicas Hereditárias por meio das denominadas “incorporações pombalinas” (SALDANHA, 2001, pág. 422, apud MIRANDA, 2006). Por meio delas, a Coroa reassume o poder e controle sobre as terras que estavam em mãos de capitães-donatários.

Miranda (2006) interpreta que as incorporações iniciam um “novo capítulo da formação espacial do vale amazônico” e assim, durante o período 1750-1777, houve uma intervenção territorial, que realiza o deslocamento do poder religioso, tanto pela ordem de sua expulsão, como pela elevação dos antigos aldeamentos missionários a categoria de vilas. Trata-se de outra face na forma de “intervenção urbanística”. No plano econômico, o Marques de Pombal criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), instituição de controle do comércio das especiarias e da compra e venda de escravos de origem africana.

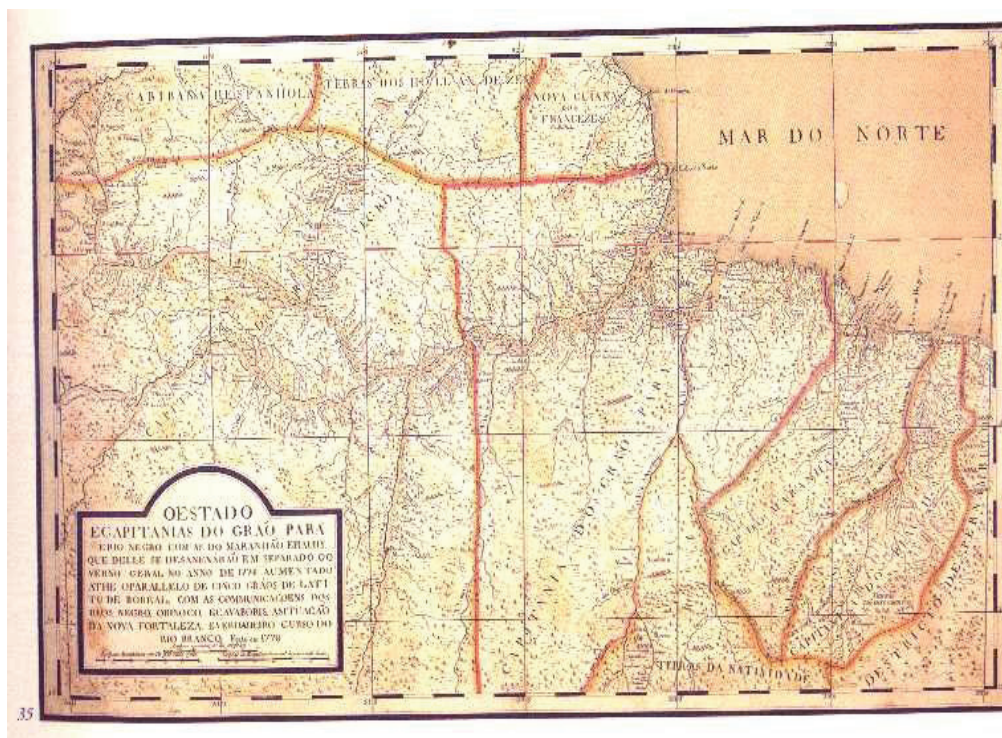
Mas uma nova re-divisão esteve em curso no final do governo Pombal. A Carta de 1778 contém os elementos do princípio desta nova divisão da extensa região que, a partir de 1774, informava a existência de duas Capitânicas: Grão-Pará e Rio Negro separadas das do Maranhão e Piauí. Os elementos geográficos referidos eram sua posição, assim como as comunicações. Nela, o objetivo parecia ser o de conferir os grandes cursos de água, a intrincada malha de rios. Destes destacam o “verdadeiro curso do Rio Branco” e a situação da Nova Fortaleza. Eis o título dessa carta geográfica:

O Estado e Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro, com as do Maranhão e Piauí que delle se desanexarão em separado do Governo Geral do ano de 1774 aumentando até o paralelo de cinco graus de latitude Boreal, com as comunicações do rio Negro, Orinoco e Cavaboris, a situação da Nova Fortaleza e verdadeiro curso do Rio Branco (ADONIAS, 1963).

A política de exploração colonial produziu as instituições políticas, os mecanismos e as relações econômicas e sociais que centradas em Belém tornaram a embocadura do rio Amazonas, o epicentro da história do Estado do Grão-Pará. Ao norte, ao longo da Costa Setentrional, nas denominadas “terras do Cabo Norte”, quanto ao nordeste – passando a “barra do Pará” em direção do Caminho do Maranhão, que corria paralelo ao Oceano Atlântico, até chegar a São Luís, capital da Capitania do Maranhão estendia-se a zona de povoamento colonial. Adentrando, a ocupação se conformava outra faixa em pontos do rio Tocantins e no rio Tapajós no Baixo Amazonas.

Assim, a Carta de 1778 mostra um trabalho de cartografar atento a novos referenciais, produto das transformações econômicas, demográficas, que se processaram e que reproduziam um “vazio” de informações sobre os grupos sociais que ocupavam os rios menores e a terra firme, incluindo grande parte da região do planalto das Guianas. Os lugares de índios citados compreendem aqueles submetidos aos Diretores das povoações, conforme imagem abaixo.

Imagem 1: Carta “O Estado e Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro”



Fonte: Miranda, 2004.

9 Cumã e Tapuitapera foram as duas capitânicas doadas no Maranhão e no Pará a de Joanes. O processo completa-se com a edificação da fortaleza de Gurupá.



Nações indígenas ocupantes da várzea foram disseminadas, quando não dispersos, invisibilizados e negados e este espaço transforma-se no plano econômico, social e ecológico para responder às demandas do sistema colonial. O extrativismo vegetal e animal, a agricultura e a pecuária desenvolveram-se como formas de produção mercantil.

O processo de ocupação colonial ocorrido neste mais de um século e meio possui relevância específica para a formação histórica do Pará e para as sociedades do presente. Este artigo ensaia interpretar, sinteticamente, a mudança histórica, os sentidos de transformação, em diálogo com a dimensão de um tempo<sup>10</sup> “agora” das sociedades e povos tradicionais do vale do Amazonas, a partir de realidades localizadas.

Abordar a transformação histórica acima mencionada significa compreender suas imbricações com a economia política, com a cultura<sup>11</sup> de diferentes etnias e grupos sociais, com os territórios e seus recursos, com os mecanismos de controle e as intervenções realizadas pelo Estado, por agentes econômicos e políticos em um “continuum evolutivo”, expressão que Elias (1998) expõe com estas palavras: “em numerosos processos evolutivos, a unidade do processo não repousa numa substância qualquer, que permaneça inalterada através de todo o processo, mas na continuidade com que certa transformação provém de outra, segundo uma sucessão ininterrupta”. E o autor exemplifica: “Tomemos uma dada sociedade, como a Holanda, por exemplo, no século XV e no século XX. O que une esses dois séculos é menos um certo núcleo essencial que tenha permanecido inalterado do que a continuidade das transformações mediante as quais a sociedade do século XX proveio da do século XV, sendo essa continuidade reforçada, no caso, pelo fato de ser rememorada” (ELIAS, 1998, pág. 159-160).

### 1.3 Vale do Tocantins: economia de *plantation* e pequenos sítios

A historiografia do Pará por força da abundância de documentos e referências focaliza determinadas áreas e realidades em detrimento de outras. A ilha de Joanes ou ilha de Marajó, as terras do Cabo Norte, o Baixo Tocantins e ainda a Vigia tiveram grande destaque nas fontes documentais e por esse motivo facilitam diversas abordagens de historiadores contemporâneos interessados nas estratégias de ocupação, no desenvolvimento da agricultura comercial, nos processos políticos. As pesquisas tangencialmente abordam as etnias e grupos desterritorializados. Ainda segmentos dessa sociedade são menos abordados o que se confere em relação aos vales dos rios Moju, Capim, Guamá e Acará, que têm pouca relevância na escrita da história regional.

Os grandes rios formaram as trilhas que os expedicionários seguiram e a distinção será feita para aqueles que serviram como encruzilhadas. O rio Pará<sup>12</sup> e o rio Tocantins constituíram um Carrefour de águas e é a posição de cada um deles em relação a Belém<sup>12</sup>, centro povoado de maior relevância histórica. Sobretudo, em relação ao rio Tocantins releva-se a ocupação da sua margem oriental que foi mais rapidamente ocupada pelos colonizadores e religiosos, no transcurso dos séculos XVII e XVIII.

No estudo da ocupação do vale do Tocantins e a formação do núcleo de Cameté se destacam especificidades dadas a partir do objetivo da colonização agrícola, da dimensão do empreendimento econômico colonial, da dimensão demográfica e do domínio de uma elite regional.

No vale do Tocantins organiza-se o sistema de *plantation* baseado primeiro no cultivo do cacau e, posteriormente, de cana de açúcar. Poucas regiões da Amazônia colonial se enquadram nesta noção de *plantation*. Outro destaque encontra-se na densidade demográfica, notadamente pela concentração de escravos de origem africana. Ainda, diversos eventos políticos singularizam sua história no período colonial, nas lutas políticas da Independência e durante a Cabanagem. O presente da região do Tocantins compreende-se a partir da formação de uma sociedade de fortes raízes agrárias, mas é também é a partir da sua contemporaneidade que se descortinam as diversas situações históricas aqui recortadas.

Muito antes da notícia oficial de fundação, em dezembro de 1635, da Vila Viçosa de Santa Cruz de Camuta<sup>13</sup>, confirmada pelo Monarca em Capitania e Donatária de Feliciano Coelho de Carvalho, esta autoridade colonial havia organizado “a soldadesca” e entregado “provisões e petrechos” para dirigir, desde Cameté, operações com tropas indígenas para atacar os Ingahibas. Com esta decisão, esta autoridade entrou em conflito com o padre Frei Cristovão de Lisboa, Superior do Convento Capucho, ordem que já atuava no rio Tocantins e havia fundado aldeias. O religioso elaborou um documento em que declarou serem as “entradas naquele momento danosas à estabilidade dos índios mansos” (BAENA, 1969, pág. 38).

O relato datado de janeiro de 1632 circunstancia as tensões ditadas pelos interesses em relação aos indígenas entre militares e sertanistas. Feliciano Coelho contava com os Caamutas e Tupinambas para realizar a guerra aos Ingahibas da foz do rio Amazonas. Essa ação respondia a tarefa que lhe foi incumbida de dirigir-se até a foz do rio Amazonas e impedir que os “tapuias” mercadejassem com os ingleses e holandeses. A ambos devia “guerreá-los”, assim como distribuiria ordens aos capitães Pedro Teixeira e Bento Rodrigues de Oliveira para realizar “resgate” dos indígenas. Baena narra que se “perpetraram atroz delíto que aqueles dois oficiais não podem evitar” (BAENA, 1969, pág. 34).

10 O tempo é antes de tudo um símbolo social; escreve Elias: “Ora, o tempo faz parte dos símbolos que os homens são capazes de aprender e com os quais, em certa etapa da evolução da sociedade, são obrigados a se familiarizar, como meios de orientação. Também nesse caso, podemos falar da individualização de um fato social” (ELIAS, 1998, pág. 20). Para ele “o tempo é uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades (id. *Ibid*, pág. 15).

11 Na visão de Geertz, cultura representa “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções geradas, expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pág. 106). Ainda afirma o autor que esta “é uma fonte extrínseca de informações que fornecem um diagrama para instituição de processos sociais e psicológicos modelando o comportamento público” (GEERTZ, 1978).

12 Segundo Baena, a foz do rio Tocantins dista 31 léguas da capital do Pará e tem 8998 braças craveiras de largura.

13 Este nome foi relacionado com os indígenas Caamutá que mantiveram os primeiros contatos com religiosos e conquistadores. Estes eram conhecidos como hábeis remadores e caçadores. Os Capuchos da Ordem da Piedade haviam iniciado em 1617, o estabelecimento da sua missão à margem esquerda do Rio Tocantins, entre os Caamutá. Por volta de 1620, os religiosos reúnem indígenas dessa etnia e criam uma ermitã e o primeiro núcleo de povoamento colonial no Baixo Tocantins. O território estava ocupado também pelos Tupinambás.





A ordem seguinte foi proibitória dos resgates, “vencido pelos clamores do povo” reduzindo somente a duas entradas por ano. Entretanto, novas pressões fizeram com que fosse reestabelecido o sistema de resgate. Desta forma a ocupação militar convergiria com dois outros “vetores de ocupação”: o primeiro a caça aos indígenas e as colheitas das drogas do sertão, e o segundo as missões religiosas, como interpreta Ferreira Reis este período da ocupação colonial portuguesa.

O tripé estaria constituído por militares, missionários e sertanistas. Entretanto, Chambouleyron (2006) examina outro “vetor” de caráter político administrativo, que foi a instituição das capitânicas privadas nessa experiência expansionista portuguesa. Estas, junto com as capitânicas do Estado, estabelecem um novo vigor na ocupação dos territórios. No século XVII, foram estabelecidas as de Tapuitapera (Alcântara, perto de São Luis), Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo). Essas deveriam se organizar de forma diferente das capitânicas reais. Com as capitânicas privadas surgiram “estratégias de exploração econômica e de ocupação política e religiosa de um determinado território” (CHAMBOULEYRON, 2006).

Assim, em 1633, Feliciano Coelho de Carvalho recebe do Governador do Estado, seu pai, a concessão de “todas as terras do Cameté” para fazer nelas uma Capitania. De imediato, na vila de Cameté, organizou o sistema de recrutamento de indígenas para as tropas. Outros ficariam subordinados a sistema de aldeamento dos religiosos. Segundo Chambouleyron, a capitania de Cameté “constituiu uma constante fonte de problemas”. Essas complicações estavam ligadas às dificuldades de povoar a região, à repetida interferência dos moradores do Pará e das autoridades, e ao reconhecimento mesmo de sua doação pelos habitantes do Estado. De qualquer modo, o donatário fundou uma vila – Santa Cruz de Cameté, e organizou o deslocamento de mais de 300 colonos para se instalar em suas terras, em 1649.

O Vale do Tocantins desenvolve durante os séculos XVII e XVIII a formação de fazendas e engenhos, acompanhada pela introdução de escravos de origem africana e a submissão dos indígenas, que embora livres pela “lei de emancipação da escravidão dos índios” de 1755, ficaram dependentes dos colonos.

A vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté, em ordem cronológica, foi a segunda cidade fundada no Vale do Amazonas, depois de Belém. A ocupação do rio Tocantins e o ato simbólico de fundação da cidade de Cameté estão associados aos movimentos de ocupação já realizados por franceses e holandeses, que já tinham estabelecido domínio e uma exploração inicial no Nordeste. Como vimos, é de Cameté que partem as forças para combater os outros colonizadores europeus e, no rio Tocantins, se intensifica a colonização portuguesa.

Chambouleyron situa a vila de Cameté em um plano de realizar a colonização, com as três centenas de colonos. Construiu-se uma igreja e o Orago da matriz foi dedicado a São João Batista. Mais duas igrejas são erigidas: uma pequena capela dedicada à Nossa Senhora Santa Ana e a terceira situada dentro do Hospício constituído pelos religiosos Mercedários. A representação do poder municipal foi concretizada na construção do prédio da “Câmara espaço da decisão política”.

Os Jesuítas organizam a aldeia de Parijó. E, a partir de documentos inquisitoriais, Chambouleyron aponta que havia diversidade e riqueza “dos contatos entre os índios livres de Parijó e os moradores portugueses da vila de Cameté. Era o caso dos índios Paulo e Isabel, denunciados por Bento Fernandes em razão de suas feitiçarias, mas que, contudo, haviam tentado curar uma das escravas e até mesmo a mulher do denunciante” (CHAMBOULEYRON, 2006).

Nos primeiros anos, a economia de Cameté esteve baseada no cultivo do tabaco. Em 1650, dois navios transportaram mais de 15 toneladas de tabaco cametaense para Portugal e o produto era reconhecido como dos melhores. A Capitania desenvolve um modo de existência dos colonos dedicados à produção agrícola, o que seriam “elementos da ocupação da fronteira amazônica seiscentista”, segundo o historiador Chambouleyron (2006).

A Coroa ensaiava incentivos para o cultivo de cana de açúcar, cacau, anil, cravo de casca, por meio de isenções de impostos, benefícios jurídicos e ajuda para adquirir escravos africanos, associado com a distribuição de terras. Portanto, havia uma estratégia de “revitalização da atividade econômica da periferia”, como escreve Carl Hanson (apud CHAMBOULEYRON, 2006). A doação de sesmarias aumenta no decorrer do século XVIII e é preciso observar que esta “tradição portuguesa está ligada ao processo do território da península contra a presença muçulmana” (SALDANHA apud CHAMBOULEYRON, 2006). Ela se transformaria em mecanismo de consolidar a posse da terra e teve diversas trajetórias nos territórios de ultramar. Nas colônias, as sesmarias constituíram uma possibilidade de ocupar e povoar terras vazias e incultas, aos olhos dos colonizadores.

Nas sesmarias distribuídas no vale do Tocantins são enumeradas as produções de cacau, cana de açúcar, tabaco, mandioca e, em menor quantidade, de gado. Dauril (1973) destaca a importância da transição do cacau bravo ou dos macacos para o cacau manso, cultivado. O autor situa as quantidades do primeiro, o cacau extrativo. Contrariamente a esta visão, Chambouleyron frisa que “a produção das sesmarias revela o incremento da produção do cacau cultivado.

Na década de 1700, havia nove produtores que cultivavam em média sete mil plantas de cacau, o que evidenciaria, nas suas palavras, uma “lógica de ocupação do espaço pela agricultura. Essa configuração de exploração econômica do território dependia de outras formas de mão-de-obra, de transporte e de ocupação mesma, diferentes daquelas ligadas à busca das drogas no sertão” (CHAMBOULEYRON, 2006).

A vila de Cameté e seus arredores, já em meados do século XVIII, têm um número considerável de habitantes: 8068 vizinhos e 1382 escravos. A maior parte mora na vila só pela Semana Santa e outras festividades maiores; durante o mais do tempo vive dispersa pelas ilhas circunstantes em seus pomares de cacaos e plantações de cana-de-açúcar; fazem muito azeite para uso do candeeiro usando a castanha de andiroba, que colhem pelas ilhas, e fabricam cal de conchas fósseis.<sup>14</sup>

14 Idem.







No início do século XVIII, Acevedo Marin analisa que as condições para expandir o cultivo de determinados produtos destinados, em especial para exportação, tais como cacau, anil, arroz e café abriram caminhos para a ocupação de terras nos Estados do Pará e Maranhão. Segundo essa autora, os colonos solicitaram cartas de sesmaria apressadamente; assim, entre 1710 e 1740, foram distribuídas 1.354 cartas, representando mais de 50% do total de cartas solicitadas ao rei até o final do sistema sesmarial. Tal movimento refletia os efeitos de uma nova política.<sup>15</sup>

A apropriação econômica destes territórios dependia do projeto agrícola. As primeiras sesmarias foram doadas em torno do primeiro círculo de agricultura formado ao longo dos rios Moju, Acará, Guamá, Capim. Os sesmeiros deviam justificar o projeto de exploração das terras solicitadas e a posse de força de trabalho para expandir os domínios agriculturados por cana de açúcar, algodão, tabaco, mandioca e, ainda, criatório de gado. No vale do Tocantins, a referência era a formação de cacauais.

Chambouleyron (2006) aponta dificuldades para o projeto ambicioso de ocupar a vasta região durante o século XVII, a qual é reiteradamente citada pelas autoridades coloniais, mas contornadas pelas doações de terras a lavradores, moradores que formaram as vilas e “ocupavam esse mesmo território a partir de diferentes lógicas”. A ocupação obedece a certas regularidades e configuração étnica no entorno de Belém. Já nas regiões do Baixo Amazonas e a vasta planície das Guianas a ocupação se intensifica no final do século XIX.

O vale do Tocantins acompanha o movimento dos trabalhadores na colheita da seringa do final desse século: as ilhas e a terra firme tinham abundância da espécie, embora a região mantivesse espaço privilegiado para a agricultura na várzea de pequenos igarapés e nas ilhas.

A ocupação foi mais dilatada em direção às terras próximas de Belém, principal centro comercial e político. Este espaço experimentou mais acintosamente os desdobramentos da política de povoamento e, em seguida, de fomento agrícola. Os sinais da agricultura comercial estão sendo comunicados à Corte portuguesa, talvez com exagero, como lê-se na Carta de Dionizio Cardozo Pereira dirigida ao governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão:

Saindo da sobredita casa forte, navegáveis três dias até a cidade de Belém do Gram-Para, notando-se em algumas partes alguns cacauais e um sítio que aportante contarão já sete mil pés, cujo dono é Agostinho Gomes Domingues, em outros lugares separados dizem completava o numero de trinta mil e em havendo maior numero de servos será grande aumento deste gênero que vos parece poder competir com o cacau de Caracas (ABEP, 1909).

A agricultura do cacau expandia-se nas vizinhanças de Belém com objetivo de competir com o mercado do produto na Venezuela e no Equador (DAURIL, 1974), que apoiava-se integralmente no trabalho dos indígenas (servos, na classificação das autoridades) até a introdução dos escravos, na segunda metade do século XVIII. Cardoso (1984, pág. 102-105) afirma que o povoamento europeu e africano teve pouco incremento até esse período.

O Rio Moju é famoso pela grandeza de seu tamanho; se comunica por um furo com o Rio Tocantins por onde sai na baía Marapatá. Este furo chama-se Igarapé-Mirim, que soa na língua brasílica “pequeno caminho de canoas”; ele derrota os navegantes que vão para os rios Tocantins e Amazonas e o elegem temendo os perigos das costas das baías Arari e Marajó. Passado o caldeirão, cuja paragem chamam Morticu, se une o Moju, e águas do Guamá e Capim com as do Amazonas e Tocantins na baía da cidade. Dividida da baía de Carnapijó por uma ilha, vão todas correndo para o mar de barra fora e para o Norte, onde no fim da Ilha do Marajó se incorporam com as mais águas do grande Amazonas no braço do Norte.

Na primeira centúria da colonização portuguesa, no estuário do rio Amazonas, a ocupação foi mais dilatada em direção às terras próximas de Belém, como mencionado principal centro comercial e político. Este espaço experimentou mais acintosamente os desdobramentos da política de povoamento e, em seguida, de fomento agrícola. O Pe. João Daniel no seu “Tesouro Descoberto do Rio Amazonas”, escrito com base nas observações realizadas nos anos 1740, apresenta uma explicação para este processo:

Todos estes quatro rios: Moju, Acará, Guamá e Capim, são os mais bem povoados de todo aquele Estado, não tanto pela bondade das terras, pois em todo o Estado são as mesmas, quanto por estarem na vizinhança da cidade ... são os mais bem povoados, e também os mais alegres, e os que provêem de viveres os mesmos moradores da cidade (DANIEL, 1976, tomo 1, pág. 286).

Vários engenhos e sítios encontravam-se até a distância de oitenta léguas nas terras banhadas pelo rio Moju. As terras baixas do rio Guajará (nome que também recebia o rio Guamá) foram propícias para o cultivo da cana-de-açúcar, estando partilhado por diversos sítios com seus engenhos e engenhocas dedicados à fabricação de açúcar e aguardente. Esta atividade também foi igualmente dominante nos rios Capim e Acará, que contavam dezenas de sítios, de engenhos e engenhocas. Sesmarias e formação de grandes domínios territoriais retiraram as terras e os recursos do controle das aldeias indígenas<sup>16</sup>.

Quais as marcas da ocupação da terra e das estruturas agrárias, originadas nos oitocentos, que se encontram no Baixo Acará do século XIX e em décadas mais recentes? Fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou com base na agricultura, atividade dominante, no extrativismo e muito pouca criação. Todas as unidades se distribuíam às margens do rio e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém. O horizonte e atos mais definitivos da ocupação partem da cidade, isto é verdade no tocante à solicitação da partilha desse

<sup>15</sup> Acevedo Marin, 2004. pág. 38.

<sup>16</sup> As aldeias formadas pelos Tupinambá ocupavam as terras nas proximidades de Belém e os Aruac, na ilha de Marajó. O pe. Vieira estimou em 400 as aldeias destruídas no Grão-Pará e Maranhão. Salles, com base em narrativas dos missionários e viajantes, reafirma o “extermínio de numerosas tribos indígenas” (SALLES, 1988, pág. 13-15).





espaço, por meio da concessão e confirmação de sesmarias, repassadas por meio da Carta de Sesmaria aos interessados pelo Provedor da Fazenda Real e do número de donos de engenhos e sítios que viviam em Belém.

Que posições detêm os camponeses, sitiantes e agregados na estrutura fundiária e que movimentos esta experimentaram no decorrer de dois séculos? Os primeiros tempos da colonização neste círculo mostram a concessão de sesmarias de uma e mais léguas, favorecendo a concentração relativa da terra.

No Baixo Acará, entre 1707 e 1754, registram-se 68% dessas concessões e, até o ano 1823, quando encerra esse regime de apossamento da terra, houve uma tensão latente entre os pequenos e grandes donos de sesmarias. O novo século é um movimento de retração com rupturas e estrangulamentos desse sistema, de um lado, aumentando o número de arrendatários e agregados; de outro, revelando as situações de absenteísmo entre os grandes sesmeiros.

O Baixo Acará foi um dos centros da produção canavieira do Estado do Grão-Pará desde quando se iniciou a concessão de sesmarias, até fins do século XIX. A primeira sesmaria foi recebida por João Ferreira Ribeiro, talvez de três léguas. Era o ano 1707. Desde então, desenvolveu-se uma agricultura articulada a um conjunto de engenhos, engenhocas, dependendo do trabalho dos sítios de pequenos e médios sesmeiros, de arrendatários e agregados. Passou a ser uma das áreas mais povoadas desde a fase inicial da colonização, concentrando, também, um número importante de escravos, mas também de agregados e arrendatários.

Pouco foi acrescentado sobre esses cultivadores, agregados de fazendas que contestaram o poder dos proprietários, inclusive além do seu mundo, como indica Raiol (1970). A região do Acará notabilizou-se no século XIX pelo número de escravos<sup>17</sup>, por quilombos formados e intrincados nas matas e ainda pelo estalido de uma revolta de cultivadores que a historiografia insere na gesta revolucionária da Cabanagem.

Com base em uma série de narrativas trazidas pela historiografia elabora-se o quadro abaixo indicando as formas e relações de trabalho e algumas notícias sobre territórios controlados por quilombos nos séculos XVIII e XIX.

Quadro 1: Relações de trabalho e territórios controlados por quilombos nos séculos XVIII e XIX

Vale rio e afluentes	Formas e relações de trabalho	Territórios controlados por quilombos de escravos e indígenas
Vale do rio Tocantins	Trabalho escravo de indígenas na extração de canela, salsaparrilha, cravo e no transporte de mercadorias. Trabalho do escravo de origem africana nas <i>plantations</i> de cana de açúcar. Cacaú nativo e cultivado. Algodão, arroz, café. Um dos engenhos notáveis foi o Engenho do Carmelo de Carapajó (agricultura de cacaú, olaria, curtume). Lavradores (roceiros) de origem européia subordinados aos grandes sesmeiros, com controle sobre as terras.	Mocambos ou quilombos registrados em Cametá. Mocambos de <b>indígenas</b> fugidos. Indígenas e negros formaram mocambos em Baião. Mocambo nas cabeceiras do rio Itapocu. Centro das forças Cabanas.
Vale do rio Capim	Trabalho escravo de indígenas e de escravos de origem africana. Lavradores de cana dependentes dos donos de engenhos. Roceiros, pescadores. Pecuária	Grande concentração de escravos fugidos nas cabeceiras do rio Capim. O mocambo Caxiu foi bastante conhecido. Mocambos e indígenas fugidos e de negros.
Vale do rio Guamã	Cultivo de arroz, cana de açúcar, Engenhos Pecuária. Roceiros, pescadores	
Vale do rio Acará	Trabalho escravo de indígenas e negros em fábricas de madeira Engenhos Roceiros.	Rio Acará – mocambo de negros. Escravos fugidos de fábricas de madeiras. Revolta de camponeses nas vésperas da Independência e na Cabanagem.
Vale do rio Moju e rio Jambuaçu	Escravos e indígenas na extração de madeira <i>Plantation</i> de cana de açúcar Roceiros.	Mocambos de índios e negros no Jambuaçu.

Fonte: Elaborado por Rosa Acevedo, 2009.

#### 1.4 Costa Setentrional do Pará: Ilha de Marajó e terras do Cabo Norte

A história da ocupação da ilha de Joanes ou Marajó é central na formação histórica do Pará, em especial, na perspectiva do choque e poder exercido pelo colonizador “branco” sobre os grupos indígenas e a persistência de uma visão e de processos que produzem seu ocultamento, invisibilidade, subjugamento no presente. Ainda, a ilha não representou, em nenhum momento, um mundo aparte e proprietários de terra da ilha de Marajó detinham terras nos rios próximos de Belém e em direção à Costa Atlântica, igualmente estão presentes na cidade com amplo espaço de poder político.

A ilha de Joanes ou Marajó foi ocupada por grupos indígenas que aperfeiçoaram artefatos de cerâmica pelo menos 3.400 a.C. (MEGGERS; DANON, 1988) atingindo alta densidade populacional antes do contato com os europeus (ROOSELVELT, 1992).

17 Por volta do ano 1823, conforme dados organizados por Baena, havia 2.976 escravos nesta freguesia (BAENA, 1839).



Schan (2002) acrescenta, baseada igualmente em pesquisas arqueológicas, que estas populações exploraram de forma intensiva os recursos aquáticos e desenvolveram a agricultura e organizaram complexas instituições sociopolíticas e uma rica cultura material<sup>18</sup>. Inicialmente, constituíram pequenos grupos dedicados à pesca e coleta de moluscos e, por volta de 1500 antes de Cristo viviam em vilas, com até 150 pessoas trabalhando horticultura, caça, pesca e coleta. Com o crescimento populacional da ilha surgem novas vilas. Segundo Schan (2002), o centro da Ilha de Marajó era habitado por cerca de 30 diferentes nações indígenas com culturas e línguas diferentes. As mais conhecidas foram Sacaca, Aruan, Mapuá, Mamaianá, Pauxis e Boca.

Nhengaiba<sup>19</sup> e Aruan distribuíram-se na ilha; os primeiros ocupavam as florestas, nas margens de rios e o centro da ilha de Marajó e alguns pontos do litoral; os Aruan em processo de expansão à época do contato com os europeus, dominavam na costa norte e ocidental da ilha, provenientes das ilhas Caviana e Mexiana (LOPES, 2006). As formas de existência social e cultural desses grupos foram destruídas com a chegada dos colonizadores e missionários.

Martins (2006) destaca a singularidade do projeto de missões no Estado do Grão-Pará e apresenta com destaque a missão dos Jesuítas na ilha de Joannes. O Pe. Vieira, Superior das Missões, ordenou aos padres Souto Maior e Salvador Vale para instalar a aldeia Nhengaiba ou Ingaiba, reunindo as nações Sacaca, Aruan, Mapuá, Mamianá, Pauxis e Boca. De uma fase de “boa amizade” desses grupos com os “portugueses” derivou uma relação de conflitos. Para defender-se da escravização, captura, “mau tratamento” por parte dos “portugueses”, os Nhengaiba utilizaram uma estratégia de desmembramento e divisão das povoações pelo território, “provocaram roubos e mortes dos portugueses”... ataques aos índios cristãos das aldeias, causando-lhes mortes e cativos”. Além do que privilegiavam nas suas trocas de tabaco e pescado os comerciantes holandeses. Martins interpreta que a missão entre os Nhengaiba teve duplo “sentido de estabelecer a paz, mas com a eminência de uma guerra declarada”. Em 1655, quando o governador declara a “guerra defensiva” contra essa nação advogava o direito de “livrar o Estado de qualquer inimigo”.

Como resultado, diversas nações indígenas foram “legitimamente” escravizadas e feito o descimento dos indígenas, sem existir condições para estabelecer a paz entre “portugueses” e Nhengaiba. Os missionários e os efetivos militares utilizaram a estratégia de nomear um principal Nhengaiba para o convencimento das outras nações da promessa de paz e amizade e as vantagens de sua vassalagem ao Rei português.

A questão da pacificação foi enfrentada dando as cartas para a Ordem dos Franciscanos, que tinha experiência com os Aruan, que estabeleceriam suas aldeias missionárias na ilha durante os treze anos (1666-1679) em que vigorou o primeiro decreto de expulsão dos Jesuítas (LOPES, 2006, pág. 29).

Nesse novo momento missionário dos Jesuítas na ilha de Joannes, eles se tornariam a ordem “mais pujante” (VIANNA, 1904); competia a eles a administração temporal e espiritual dos indígenas, reduzindo o poder das outras ordens dos franciscanos, mercedários e carmelitas (LOPES, 2006, pág. 28). O número pequeno de missionários de São Inácio de Loyola e a pressão das outras ordens fizeram com que, em 1693, fossem repartidas as missões. Por esse ato, os padres de Santo Antonio passaram a administrar a área leste do Marajó. Lopes interpreta que a administração das missões religiosas de franciscanos de Santo Antonio e da Conceição conduziu a um período de desenvolvimento das missões do Leste e da Piedade em Gurupá. Os indígenas eram repartidos como mão-de-obra na agricultura, no extrativismo e nos pesqueiros reais de Joanes e Soure e outros trabalhos de manutenção interna das missões.

As unidades da “indústria pastoril” missionária contavam com milhares de cabeças de gado vacum e cavalos. Os jesuítas desenvolveram a atividade agrícola e pastoril na região dominada pelo lago Arari. Vianna (1904) complementa o Catálogo de Sesmarias, publicado no III volume dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, com a relação dos “Contemplados” com as fazendas de Marajó, em atenção ao aviso de 2 de agosto de 1758, do Marques de Pombal, que assina o decreto de expulsão dos Jesuítas e sequestra as vinte duas (22) “quinhões” da ordem “sob o pretexto de não possuírem título legal de posse”.

Foi por ordem de Dom José I, por meio da carta régia de 18 de junho de 1760, que estas foram distribuídas entre os oficiais militares e pessoas casadas vindos do reino e estabelecidas no Pará, pelas pessoas distintas, também casadas, residentes no Estado que não possuísem bens de raiz competentes, excluídos os que tivessem terras próprias sem benfeitorias e as que não mostrassem capacidade para a cultura. Coube ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro reunir a junta governativa em casa do bispo para distribuir o patrimônio dos fazendeiros jesuítas.

O poder econômico das ordens dos Mercedários, Jesuítas, Carmelitas residia no tamanho do rebanho. Segundo Ferreira Penna, os frades das Mercês detinham 80.000 rezes, a Companhia de Jesus 60.000 e os Carmelitas 18.000. Esses números seriam subestimados e somente a Companhia de Jesus possuía 134.465 cabeças (VIANNA, 1904, pág. 159). O desmatamento fez aumentar a região de campos e reduziu a diversidade ambiental (fauna e flora) nos lugares onde existiram as aldeias de Joanes, Monsarás, Condeixa, Soure, Salvaterra e Gurupá (LOPES, 2006). As terras da ilha de Gurupá, ricas em cacau (nativo), estavam franqueadas para os “moradores” que colhiam esse fruto na condição de pagarem o imposto conhecido como “oitava do cacau”.<sup>20</sup>

Arqueólogos, historiadores, antropólogos apresentam diversas evidências do saldo funesto da conquista e da obra de catequese na ilha de Marajó. Na região, inicialmente cultivados de cana de açúcar e tabaco e, mais tarde destinados ao criatório, foi introduzido o escravo. Cachoeira do Arari

18 Arqueologia. In: *Arqueologia e História Pré-Colonial da Ilha de Marajó*. Disponível em: <<http://www.marajoara.com/genero.html>>.

19 Nhengaiba foi uma denominação atribuída a diversos grupos indígenas que habitavam a ilha de Joanes.

20 Bando de 31 de janeiro de 1754, assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ABEP, 1904, pág. 91).





foi a freguesia com maior número de escravos negros na ilha. Ali, os Mercedários possuíam uma fazenda com mais de 150 escravos (SALLES, 1988, pág. 125). Baena (1839) descreve a “roça São Macário”, no século XVIII, “aderente” à fazenda São Lourenço ou Paracauari que pertenceu aos padres Mercedários e, no ano 1794, lhes foi sequestrada. Na região de florestas, predominou a economia extrativista.

Nos Autos de Devassa de Monsarás<sup>21</sup>, de 1764, há a informação sobre a configuração do poder local ao convocar a “câmara, nobreza e povo”. Na câmara, serviam, durante um mandato de um triênio, “três índios e três europeus”, como consta da lei de 7 de junho de 1755. E enquanto a historiografia converge para a disseminação dos indígenas, da conformação de um mundo social da ilha de Marajó sob uma espécie de contínuo que comportava os “moradores brancos” ou particulares e os índios, muitos deles ao serviço dos primeiros, designados como “criados” ou servos e os escravos, mas em vias de desaparecimento, muitas evidências contestam este fato. Em 1834, o presidente Bernardo Lobo de Souza recebia a informação de que em Soure e Monforte, onde a maioria da população era “constituída em sua maioria de índios”, estavam revoltados contra as autoridades locais na vila de Equador (LIMA, 2001, pág. 21). Na comarca de Cachoeira do Arari, eram índios e cafuzos<sup>22</sup> (idem, pág. 23).

### 1.5 Planalto das Guianas e Baixo Amazonas

Nos séculos XVIII e XIX compreendem-se a planície das Guianas como a vasta região ocupada por uma diversidade de etnias que ocuparam a margem norte do rio Amazonas<sup>23</sup>. A documentação histórica concentra-se no vale do rio Tapajós.

Cardoso (1984), com base no censo de 1801, indica uma população total da Comarca do Pará de 80.000 habitantes, “índios na sua maioria”. O autor organiza os dados do Mapa da População da Comarca do Pará, de agosto de 1816, arrolando 94.120 habitantes, distribuídos na cidade de Belém e seu termo e em 37 vilas, as freguesias somavam 61 e 9.677 fogos. Nesta contagem são mencionados 32 lugares ou “aldeias”. O processo de povoamento mostrava uma forma concentrada na Costa Oriental, do estuário e de Marajó calculando-se 77.639 habitantes ou 82,49% do total. A região mais a Oeste, detinha 16.481 habitantes (17,51% do total) e o vale do Tapajós 10,73%.

Essa planície ocidental do Amazonas compartilha características geomorfológicas de fauna e flora. O primeiro elemento da descrição de Baena é a riqueza, diversidade de espécies de peixes e anfíbios, da fauna de pássaros. Enquanto a topografia aponta a “terra empolada de montes, e malhada de amplo lagos, e comada de muitas e apinhadas florestas, de fragosas serras e espesseiras de brenhas, cerros, eminências e assomadas pelas enormes catadupas, de selvas monstruosas e pela confusão de risonhos grupos de ilhotas por entre as quais decorrem os canais de navegação, e finalmente pela vistosa amplidão das enseadas e baías”.

### 1.6 Agricultura, Extrativismo e Pecuária no Baixo Amazonas

A coroa portuguesa havia distribuído entre os moradores das freguesias do Médio e Baixo Amazonas, no final do século XVIII, certo número de sesmarias. As freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Faro, seguindo Santarém, alteraram seu movimento lento de ocupação sob a pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Alguns sesmeiros iniciaram, por volta de 1780, a plantação do cacau e a criação de algumas cabeças de gado, bem menos sucedida. Classificados como Remediados, aplicados a plantar cacau, conforme critério do Recenseamento de 1778, um grupo de 20 moradores, entre eles um não branco, havia adquirido 233 escravos, fazendo-se merecedores de datas de sesmarias nas margens dos rios Amazonas, Tapajós ou Igarapés das vizinhanças das vilas.

A economia cacauera fazia eco e as plantações de cacau influenciavam o crescimento da população escrava. Ela demandava uma mão-de-obra mais afeita à agricultura. No período de 1773 a 1782, esse produto registrava-se como importante entre os gêneros exportados pelo Grão-Pará. As exportações de cacau mostravam-se bastante oscilantes, mas indicavam a ampliação das terras agricultáveis, inclusive com os cultivos de arroz e de algodão, que se espalharam ao longo dos rios e nas proximidades das pequenas cidades onde a atividade comercial era mais expressiva. As quantidades exportadas do cacau continuavam dependendo das coletas do cacau nativo; os coletores internavam-se na mata em busca do produto nativo, parte deles constituído por grupos de escravos.

No período de governo de Martinho de Souza e Albuquerque (1783-1790) e na ocasião de sua visita a Óbidos, aquele ordenou às autoridades locais, a exploração desse rio, “[...] que de Lisboa desejavam conhecer em seu maior curso, até então quase totalmente ignorado pelos próprios sertanistas, apesar de várias tentativas feitas” (REIS, 1979, pág. 21).

O Governo do Estado do Grão-Pará e a administração portuguesa alimentavam os projetos de criar as bases de uma agricultura comercial de exportação, no Estado do Grão-Pará. Com o montante de exportação encontrava motivos suficientes para apostar no empreendimento e receber a aprovação de autoridades, de colonos bem-sucedidos e até de religiosos que observavam com atenção os rumos da riqueza acumulada.

21 Correspondência de Feliciano Ramos Nobre Mourão, Ouvidor Geral da Comarca de Monsarás, enviada ao Senhor Fernando da Costa de Attahide Teive, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nossa Senhora da Nazaré da Vigia, 30 de janeiro de 1764 (CASTRO, A., 1997, pág. 11-15).

22 Essa informação é um elo importante dos povoados negros (autoidentificadas como comunidades quilombolas), pois nas terras dessa ordem surgem as terras de Santa Mercês, ocupadas pelos “pretos velhos”. Na atualidade, por meio das associações de comunidades de remanescentes de quilombos, apresentam demandas ao Estado de titulação de territórios em Salvaterra e Cachoeira do Arari. Em Curalinho, grupos e indivíduos reivindicam a identidade indígena.

23 Aponta-se que historicamente esta região é muito mais ampla e compreende a Planície ocidental do Amazonas compreendia a Comarca de São José do Rio Negro. Baena (1839, 2004) frisou, sobre a Comarca de São José do Rio Negro, sua extensão, comentando sua “avultada corpulência”. O autor traça uma linha imaginária, para os leitores: “ela principia dos confins já apontados da comarca do Pará no Amazonas e acaba na linha convencional que discrimina a região amazônica do território do Peru, de Quito, da Caribana e da jurisdição de Staboech, capital da Guiana Britânica, e da de Paramaribo, capital da Guiana Holandesa. Cuja linha começando na extremidade oriental da cordilheira do rio Branco dirige-se à serra Pacaraima da extremidade ocidental da mesma cordilheira, e serra Cucui do rio Negro, desta passa as catapaduras do rio Cunharí, confluente do rio dos Enganos ou Cumiarí, e daqui endereça-se obliquamente para a Tabatinga e deste ponto ocorre pelo rio javari acima até o paralelo da Catarata de Santo Antonio do Rio Madeira” (BAENA, 1839, pág. 284-285).





Porém, vale ressaltar um movimento contínuo, qual seja o de uma transitoriedade dessa agricultura devido a condicionantes ambientais e de mercado. Isso recriava, de forma imperativa, o extrativismo, pois esta atividade necessitava, continuamente, incorporar novos produtos e descobrir sua localização nas matas e nos rios, encontrar adaptações nos processos de trabalhos, explorar os saberes sobre os ecossistemas, as plantas, os animais, exigindo ainda disciplina para ampliar a base econômica extrativa. Essa premissa respalda o empenho das autoridades para apoiar a exploração de rios, entre eles o Trombetas.

O mercado europeu havia tido anteriormente, como fornecedores, as zonas produtoras do Caribe, nas colônias espanholas e francesas, destacando-se a produção venezuelana e a do Equador. Ainda no começo do século XIX, o Baixo Amazonas integrava-se a zonas produtoras de cacau do mundo colonial, como paralelamente ocorreu com o vale do Tocantins, especialmente nas proximidades de Cameté. A análise sobre os dados de exportação são elucidativos sobre o quanto movimentava a economia colonial no Grão-Pará.

Com a ascensão do cacau na pauta de exportação, geram-se fundos para aquisição de escravos e incorporação de terras firmes e de várzeas para o empreendimento de cultivo desse gênero. A Lei de 6/9/1755, que decretava a liberdade dos índios e o estabelecimento do Diretório, formalmente os retirara do regime escravista. O braço escravo importado combinava-se com a forma de propriedade sesmarial para integrar os novos agentes do sistema de trabalho: o negro escravizado e o proprietário de terras e escravos girando sobre a produção de cacau.

Certamente que a entrada da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com um desafio pela frente de levantar a agricultura e firmar as bases da ocupação do território, foram fundamentais. Com isso, amenizam-se dois problemas da produção e comercialização do cacau: o transporte da mercadoria para o mercado europeu e a introdução de escravos africanos. Os plantadores do Baixo Amazonas perseguiram essa alternativa para o crescimento dos seus cultivos, mesmo que os adquirissem em proporções modestas. A Irmandade de Santa Anna de Óbidos detinha um cacocal com mais de 16.000 pés, cuidado por nove escravos. Mas essa grandeza não podia equiparar-se àquela dos colonos (Arquivo Público do Pará, Códice 783).

Se o cacau promoveu a colonização da Amazônia durante o século XVIII, com seus rendimentos apreciáveis, não trouxe, porém, a prosperidade imaginada e desejada pela política colonial. As observações sobre as condições oscilantes da economia cacauera no Baixo Amazonas permitem indicar relações entre instabilidade dos empreendimentos e fuga de escravos, sem adotar uma explicação causal.

A estagnação e crise dos produtores obedecem a fenômenos que ultrapassam a rebeldia dos escravos; a fuga individual ou coletiva parece coincidir com a fragilidade da propriedade escravista voltada ao cultivo para exportação. Certamente, foi uma ameaça e ponto de desequilíbrio. A prova disso está nas frequentes expedições dirigidas à captura de escravos nos chamados mocambos que se formaram na periferia do latifúndio escravista. Mas pesaram múltiplos fatores, como frisam os estudiosos. Entre eles, a contingência catastrófica das enchentes que, por inúmeras ocasiões, devastou plantações de cacau, cana, arroz e café, desestimulando muitos, pela lenta e difícil retomada desse empreendimento após o inverno.

As referências de observadores contemporâneos ao final do regime de sesmarias (1822) destacam a dispersão e o fato dos donos viverem nas propriedades. Das terras ocupadas por sesmeiros originaram-se as fazendas da Comarca de Santarém, elevada a essa categoria em 1831, enquanto formaram-se modestos sítios, igualmente, ao longo do sistema hidrográfico do Baixo Amazonas.

Das vilas do oeste – Óbidos, Faro, Alenquer e Vila Nova da Rainha – e das do sul – Alter-do-Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro – recebia, Santarém: cacau, salsaparrilha, cravo do Maranhão, café, tabaco, algodão e borracha. Dos altos rios, provinham o peixe seco, a farinha e a madeira. O mercado local tinha dimensões pequenas, abrindo-se para novos espaços regionais. A lista de produtos não era pequena, entretanto as quantidades podiam desanimar os comerciantes europeus.

As relações de poder teciam-se de alto à baixo do rio, invisíveis para uma boa parte de viajantes. As disputas entre as cidades, os burgos e seus chefes locais, refletiam-se na economia. Mas Santarém, concentrando mais poder, afirmava seu papel comercial no Baixo Amazonas. Em 1828, foram recenseados 1004 fogos contando com 2895 escravos. A maior complexidade da estrutura social e política da Comarca e sua integração com o movimento da sociedade regional, ocorreu a passos lentos, com diversas alterações manifestadas no correr da segunda metade do século passado.

Os projetos de navegação aliados ao poder do comércio tiveram o efeito de multiplicar o movimento de mercadorias, encetando a consolidação de fortunas ligadas ao ramo. Alguns notáveis moradores construíram riqueza nas rédeas do comércio utilizando os meios tradicionais de enquadrar “tapuios” e índios.

Na segunda metade do século XIX, o governo provincial, de forma renovada, reflete os interesses na exploração de rios navegáveis e os recursos da floresta. O presidente Abel Graça, no Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 18ª legislatura pelo presidente da Província Abel da Graça, em 15 de Fevereiro de 1872, refere-se à navegação a vapor e situava, entre os empreendimentos novos, o do rio Tapajós, para o qual tinha designado uma comissão incumbida de realizar estudos e explorar o rio Tapajós; ele havia inserido no seu relatório “judiciosas observações que fazem sobre os índios, que habitam as margens do baixo Tapajós – os mundurucus, tribo amiga dos brancos, que se dedica a extração da goma elástica e que se for bem dirigida, poderá concorrer com sua atividade para o desenvolvimento e progresso d’aquela região, e por conseguinte para aumento da riqueza pública” (pág. 21-22).

A procura da borracha necessitava incorporar esta mão-de-obra. A alternativa era reforçar as ações dos missionários capuchinos “para que os resultados correspondessem as vossas vistas”, afirmava o presidente da província. Neste interregno, criou um aldeamento nas cabeceiras do rio Tapajós, o mesmo ocorreu nas cabeceiras do rio Capim e a autoridade provincial confiava em resultados proveitosos, pois “não só por que a direção será a mesma do primeiro, como por que os índios, que habitam as margens do Tapajós são os Mundurucus, tribo amiga dos brancos, amante do trabalho e dotada de alguma docilidade”.







Esta forma de pensar e enquadrar os indígenas não havia mudado desde a colonização do vale amazônico, assim como se reproduziam as relações de dominação. Abel Graça sustentava que o trabalho dos indígenas era “fonte de progresso” e a ação do governo devia trazê-los à civilização com o argumento seguinte: “Acresce que na margem do rio onde habitam os mundurucus, o soberbo e majestoso Tapajós, contém riquezas admiráveis e variadas, e ali os índios poderão exercer toda a sua atividade e concorrer com o seu trabalho para o progresso d’aquelas paragens ainda desconhecidas, e onde a mão do homem tem apenas tocado de leve!”

Esta foi a linha de atuação dos presidentes de Província que se sucederam no governo. O presidente Sá e Benevides<sup>24</sup> fez o balanço da “catequese e civilização dos índios” apontando que no alto Tapajós se encontravam os Uruará (altos Tapajós) que conta 50 índios da tribo Maués e ainda no centro das matas existiam muitos outros aldeamentos da mesma tribo. O número de índios existentes era de 1500 a 1600 e se “ocupavam exclusivamente na extração dos produtos naturais”. Já no Alto rio Xingu dispensaram-se os índios, “em consequência dos maos tratos que lhes eram infligidos, sendo que a custo tem o mesmo Diretor podido reunir alguns das tribos Juruna Tacombopuras e também os Araras com estes. O aldeamento resente da falta de tudo. Os índios vivem quase que exclusivamente da pesca”.

Na segunda metade do século XIX, os governadores instruíram e ordenaram de forma regular a perseguição dos denominados mocambos. Estes eram considerados como ameaças à propriedade, organizando-se expedições de destruição. Entretanto, foi a dinâmica das relações econômicas que contribuiu de forma decisiva para o envolvimento desses trabalhadores em relações de patronagem que ordenam a nova teia de relacionamento com a sociedade escravista e, de forma mais apurada, com a organização econômica e política paraense do pós-abolição. Os antigos e novos comerciantes e/ou proprietários presidem, nesse tempo, o avanço sobre o território negro, conduzindo a integração, profundamente desigual, do grupo na economia regional.

O rio Trombetas havia permitido, através do seu curso, a divisão de dois mundos empenhados na sua negação recíproca: abaixo das cachoeiras o mundo do branco e do senhor, no alto das cachoeiras o mundo dos escravos fugidos, de indígenas. A situação que se avizinhava alterava praticamente sete décadas de existência em relativo isolamento. Foram a navegação a vapor, a livre navegação do Amazonas, a exploração da castanha e a proposta de ocupação e colonização que partia do mundo dos senhores, que marcaram progressivamente o ritmo de intromissão e de aproximação com os grupos do Médio e Alto Trombetas. A calha norte do rio Amazonas é rica em minérios e ocupada por povos tradicionais, entre eles diversas etnias e quilombolas.

### 1.7 Considerações finais

Neste trabalho sobre a formação histórica do Pará procedeu-se a compreender as unidades sociais e territoriais como o núcleo de ocupação e povoamento em torno de Belém, entrelaçado aos dos rios Tocantins, Guamá, Acará, Moju e Capim. Na Costa Setentrional do Pará a ilha de Marajó, com a imposição da pecuária em detrimento da experiência agrícola, logo, subindo até o Cabo Norte, foi desenvolvida a agricultura comercial do arroz. Este foi o espaço privilegiado da política de colonização que senta as bases das estruturas e hierarquias sociais. A terceira unidade é o Baixo Amazonas e a planície das Guianas.

O foco presente está nos projetos econômicos dos séculos XX e XXI que significam desterritorialização de povos tradicionais em continuidade de transformações da sociedade e política colonial do século XVII. E, por sua vez, estes povos produzem reterritorializações e territórios específicos, assim como movimentos sociais e processos identitários. Qual é o significado do território para povos e comunidades tradicionais, os saberes e usos de recursos e a construção de microsociedades, nas particularidades dos diversos ecossistemas ou o processo de territorialização como síntese da apreensão desse universo pelo grupo?

A territorialidade concretiza-se em práticas quotidianas, na perseguição de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social e que possuem uma dimensão histórica. Ela retrata as dimensões complexas e múltiplas que interrogam no atual contexto histórico sobre a reprodução material e social de sujeitos coletivos.

<sup>24</sup> Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, presidente da Província do Pará a Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura no dia 15 de fevereiro de 1876 (pág. 103).

